

A AÇÃO ESTATAL NO OESTE DA BAHIA: A Formação de Luis Eduardo Magalhães

Jocasta Fernandes Magalhães¹
Vinícios Leite de Campos²
Mayara Caroline Covizzi³

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender a conformação do município de Luis Eduardo Magalhães, sob a perspectiva das ações estatais institucionalizadas no Oeste Baiano, a partir da década de 1980. A metodologia utilizada concentrou-se em uma revisão bibliográfica acerca das políticas territoriais e também sobre a expansão da Fronteira Agrícola nos Cerrados baianos e os processos de reestruturação produtiva na região. Para visualizar as transformações ocorridas nesta área, relacionadas à ocupação antrópica pelo agronegócio, foram mapeados o uso e a cobertura da terra com base em fotografias aéreas dos cenários de 1985, época em que se iniciava a expansão agrícola, e 2015, quando o agronegócio ganhou participação na economia do país representando 23% do produto interno bruto (PIB) nacional. Verificou-se que o surgimento do município de Luis Eduardo Magalhães foi consequência do processo de (des) (re) territorialização do oeste da Bahia, impulsionado pela necessidade de subsidiar as demandas da agricultura moderna.

Palavras-chave: Luis Eduardo Magalhães, ações estatais, expansão da fronteira agrícola;

Introdução

A modernização da agricultura deu seus primeiros passos no Brasil a partir de 1950, período pós-guerra, em que a utilização de aparatos técnicos se fazia presente, bem como, produtos da indústria química, porém só na década de 1970 é que de fato a modernização agrícola se difunde, onde os produtos tecnológicos passaram a ser fabricados no país, com a instalação de indústrias produtoras. O campo brasileiro não se moderniza de maneira uniforme, as regiões percussoras desse fenômeno foram, o Sul e o Sudeste e posteriormente os Cerrados da região Centro-Oeste, cuja sustentação foi subsidiada pela ação do Estado através de políticas territoriais de financiamentos e juros subsidiados, intensificadas com a criação de Sistemas de Créditos Rurais (LEMES e MENDES, 2009).

As políticas territoriais direcionadas a ocupação dos cerrados do Oeste da Bahia sempre foram escassas tomando um novo rumo a partir da década de 1980. O desenvolvimento dessa agricultura foi beneficiado pelo baixo custo da terra e também pelo incentivo do governo, a partir do processo de “integração” da economia nordestina à nacional

¹ Faculdade de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, jocastafernandes2014@gmail.com

² Faculdade de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, vinicioscampos_01@hotmail.com

³ Faculdade de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, mayara.covizzi@gmail.com

(PASSOS, ROCHA; HADLICH, 2010). De 1980 até 2014, a região registrou 342 ações de políticas públicas, envolvendo construção de barragens, universidades, estradas, tanto do Governo Estadual como do Governo Federal. Esses investimentos do Estado apontam para os municípios que são frentes da expansão do capital, do agronegócio e de ações em nome da modernização (OLIVEIRA, 2015).

A expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia culminou em uma nova regionalização produtiva do agronegócio que abrange os cerrados do Sul do Maranhão, Nordeste e Sudeste do Tocantins e Sudoeste e Sul Piauí, esses espaços se tornaram grandes produtores de grãos, cana-de açúcar, café, algodão, frutas e também da pecuária, o destino dessa produção é prioritariamente para o mercado externo, (ALVES, 2015). A consolidação dos novos processos produtivos reflete numa reestruturação no espaço rural, com a introdução de aparatos tecnológicos, insumos agrícolas e o desmatamento, dando um novo caráter para o campo. A expropriação de populações tradicionais que produzem para a subsistência ou para o comércio local, também é um impacto decorrente do avanço da fronteira agrícola. Da mesma forma, profundas modificações, acontecem no espaço urbano, seja com a chegada de imigrantes produtores que desejam ampliar a produção, ou de indivíduos em busca de melhores condições de vida, essa dinâmica reflete na intensificação populacional, dificultando a assistência pública e na demanda por novas infraestruturas, além de grandes empresas que se instalam para a comercialização de produtos utilizados no novo modelo de produção.

Ações estatais no Oeste da Bahia a partir de 1980

O processo inicial de ocupação da região Oeste da Bahia ocorre pelo avanço das expedições em busca da escravização de indígenas para a produção de gado, os primeiros povoados surgem ao longo dos cursos dos Rios e sobrevivem da agricultura da cana-de-açúcar e da pecuária em menor escala e servem como pontos comerciais para as caravanas que seguiam para a exploração mineral em Minas Gerais e Goiás (QUEIROZ, 2012). Os cerrados baianos só ganham importância produtiva a partir do século XIX, no momento em que Barreiras se destaca com a extração da seiva de mangabeira para a produção de borracha e as áreas de entorno se tornam cada vez mais atrativas.

As políticas territoriais no Brasil, sobretudo, após a segunda guerra mundial provocaram grandes mudanças na estrutura produtiva da agricultura no país, e foram impulsionadas por uma nova divisão internacional do trabalho. O processo histórico aponta a

transformação do espaço por meio das políticas públicas em diferentes níveis (Federal, Estadual e Municipal), configurando uma nova dinâmica na relação campo-cidade, conduzida pela produção agropecuária. Nesse contexto se encontra a região Oeste do estado da Bahia, onde houve a atuação de investidores estrangeiros e imigrantes sulistas que pelo processo de colonização, promoveu uma revalorização econômica do solo desta região.

Até a década de 1980, o Estado mostrou-se ausente na promoção de políticas territoriais para a Região Oeste da Bahia, onde os documentos da época relatam situações de abandono e esquecimento, o que levava a Região a ter chamada de *Além São Francisco*. Tal postura do Estado interfere diretamente na vida socioeconômica dos municípios desprovidos de estrutura básica para o desenvolvimento local, refletindo na desigualdade social entre os municípios da região.

Sobre essas condições de ausência do Estado, os coronéis apresentam grande concentração de propriedades, onde a população sem posse de terra ou os ribeirinhos precisam se sujeitar ao forte poder político-territorial local. Deste modo, os coronéis atuam sobre decisões que correspondem às leis, a justiça, aos costumes sociais, a vida econômica, ao mundo da política e ao cotidiano das pessoas passando sempre pelas mãos desses poderes locais que se mantem sobre essa situação até hoje, tendo em vista que quando existe oposição política acontece uma forte repressão que enfraquece o movimento. A estrutura política sobre as várias localidades se resume no papel do coronel como Estado para a população sujeita a suas ordens. (FREITAS, 1999 *apud* OLIVEIRA, 2015). Então a construção de desenvolvimento das atividades locais deu-se sobre as ações das iniciativas privadas e também do poder econômico dos grandes fazendeiros e comerciantes.

Com o surgimento de fortes interesses econômicos e políticos, o Estado precisou organizar o planejamento territorial interferindo diretamente na infraestrutura da região, com a implantação de barragens, hidrelétricas, estradas federais e estaduais e órgãos de gestão governamental. Essa movimentação estatal começou a modificar com os incentivos sobre a exploração do cerrado baiano e a chegada de modelos agrícolas voltados para a exportação de grãos, em especial, a soja. Constituindo assim uma nova fronteira agrícola do país e a atuação de novos produtores individuais, empresas e cooperativas com práticas diferenciadas.

A construção de usinas hidrelétricas contribuiu para o melhoramento dos recursos hídricos e para a implantação de projetos de desenvolvimento agrícola, com avanços sobre as

técnicas de manejo e de maquinários altamente tecnológicos, promovendo a expansão de capital e de novos espaços de integração econômica.

Esse tipo de medida estava atrelado ao ideal modernizador que propunha ações e projetos visando a superar os grandes problemas nacionais e inserir o Brasil entre as grandes potências desenvolvidas. Era um momento em que a industrialização tornara-se o objetivo principal para o “ideal de crescimento econômico”, tornando-se necessário investir em potencial energético (OLIVEIRA, 2015 p. 12).

Com o apoio estatal em conjunto com a classe empresarial que se constituía, o Oeste baiano se fortaleceu economicamente, alterando a concentração econômica agrícola presentes no Sudeste e Sul. Tais mudanças no plano econômico, não significou a melhoria da condição social sobre as populações locais, tendo em vista que, esse processo de crescimento econômico se intensificou, mas a política estatal centralizou suas influências em favorecimento a grupos empresariais. A atuação desses agentes econômicos, voltados à atividade agrícola da região aconteceu no plano verticalizado e concentrador da produção capitalista, características marcantes na história da evolução do agronegócio.

As primeiras iniciativas de plantação de soja no Oeste Baiano aconteceram nas proximidades do povoado de Mimoso do Oeste com o apoio da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado e uma entidade japonesa, do PRODECER II (segunda etapa do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), que tinha como objetivo, implantar técnicas de aumento da produção que estivesse voltada à exportação. Paralelamente a implantação de soja conduzida pelo governo do estado da Bahia, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em meados da década de 1980, teve participação constante na avaliação, preparação e avanço da soja sobre o território nacional, direcionando um novo modelo capitalista de base agroindustrial na região Oeste (DALLACQUA, 2007 *apud* BRANDÃO 2010). Estas iniciativas fundamentaram a transformação de espaço, atraindo populações de investidores individuais e grupos empresariais de Salvador, Nordeste e Centro-Sul do país.

Nessa estruturação econômica a partir da produção de soja nas décadas de 1970-1980 ocorreu o processo de colonização sulista na região Oeste da Bahia, incentivado por ações governamentais e pelo baixo valor das terras, fortalecendo a corrente migratória para os cerrados baianos, tornando estes, os principais responsáveis pela produção de grãos dessa área e pela formação de nucleações ligadas à agricultura moderna, entre as quais Mimoso do Oeste, Novo Paraná e Bela Vista (Barreiras), Roda Velha (São Desidério) e Balsas, Águas Claras e Rosário (Correntina).

O Estado projetou a criação de uma rede de serviços para atendimento da economia agropecuária, com a forte presença de instituições de pesquisa científica e tecnológica que contribui para o aumento da produtividade, análise do solo, aprimoramento de técnicas de irrigação e de uso agrotóxico.

No período de 1980 até 2014, a região do Oeste baiano teve 342 ações estatais sobre o local, promovendo construções de infraestruturas como, barragens, universidades, aeródromos e estradas. Esse conjunto de ações aconteceu de modo seletivo, onde os principais municípios beneficiados foram Barreiras, Correntina, Santa Maria da Vitória, Santana, Coribe, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, acompanhados de Casa Nova e Remanso (OLIVEIRA, 2015).

Os fortes investimentos estatais contribuíram para o avanço e a ampliação do capital, que através do agronegócio promoveu a modernização do setor agrícola, principalmente sobre os municípios na porção ocidental. Deste modo, pode-se perceber a verticalidade do processo agropecuário em desenvolvimento, em que os municípios localizados no centro da região estão sendo marginalizados sobre esse avanço do capital. O processo de implementação agrícola é reflexo:

[...] do processo de modernização, especialmente da agricultura brasileira, atualmente em sua fase globalizada, foram diretamente sentidos no Oeste da Bahia, tendo em vista que neste recorte as condições vantajosas permitiram a rápida penetração de novos modelos. O Estado foi um dos grandes responsáveis para criação da infraestrutura em diversos aspectos, permitindo desde as pesquisas científicas e de tecnologia de ponta até o incentivo à atração de capitais nacionais e internacionais para os municípios (OLIVEIRA, 2015, p. 52).

A contribuição do Estado sobre o desenvolvimento econômico regional, aconteceu pela interferência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), contribuindo para o desenvolvimento da rede urbana da região e construindo a centralidade no município de Barreiras. No período de 1970 – 1990, o município supracitado apresentava crescimento da taxa de urbanização anual acima dos 7 %, valor duas vezes maior que a média estadual. A população do município que em 1970 era de 20.864 habitantes, em 1996 saltou para 113.695 (FILHO, A. e FILHO, J. 2008).

O Estado brasileiro durante as décadas de 1970 – 1990, vivenciou diferentes situações político-econômicas baseadas em projetos nacionais de desenvolvimento que promoveram forte investimento para a construção da base tecnológica e científica, porém, a distribuição dessas ações estatais aconteceu de modo desigual nos municípios da região.

Nessas condições desiguais da política de investimento estatal estão 66% dos municípios (23 municípios) da região que entre 1980 – 2014 tiveram até 10 ações de políticas territoriais, a concentração de 61% das políticas territoriais se concentra em apenas 12 municípios da região Oeste, mostrando o direcionamento das regiões para as áreas mais privilegiadas pela dinâmica social, econômica e política, onde sete desses municípios estão entre os maiores PIB's. Além disso, a somatória dos PIB's dos vinte e três municípios com as menores interferências estatais representam apenas 19,8% (OLIVEIRA, 2015). Tais investimentos estatais aconteceram para melhorar as infraestruturas locais, em favorecimento das principais economias agrícolas, deste modo, os investimentos não significaram melhorias sociais para a população local.

Diante do processo de desenvolvimento do Oeste da Bahia, pode-se dizer que muitos municípios deixaram de se apresentar como espaços opacos e se tornam espaços luminosos, e outros já se estruturaram como espaços luminosos, como é o caso de Luis Eduardo Magalhães (FILHO, A. e FILHO, J., 2008).

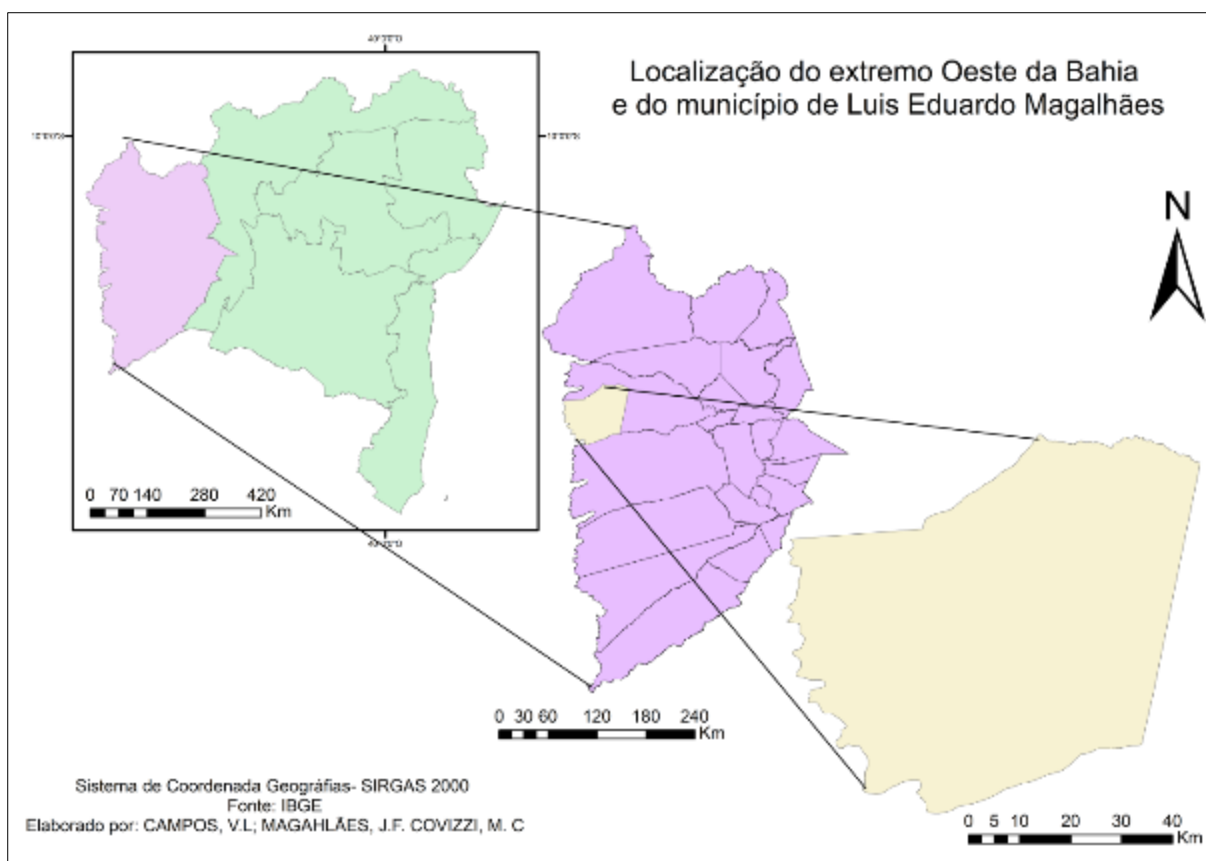
Nos dias atuais a Região Oeste é a maior fronteira agrícola da Bahia, com 1,5 milhões de hectares cultivados, com capacidade de expansão para 3 milhões de hectares e consiste como a maior produtora de grãos da Bahia. Em poucas décadas a região sem infraestruturas, que produzia apenas para subsistência, tornou-se um espaço de produção essencialmente capitalista, cuja produção é subsidiada por equipamentos modernos e tecnológicos, povoado prioritariamente por imigrantes das regiões Sul e Sudeste do Brasil e que tem uma grande importância para o PIB nacional (FILHO, A. e FILHO, J. 2008).

Essas transformações ocorridas no Oeste da Bahia, impulsionadas por políticas estatais de colonização e financiamento agrícola, com o objetivo de difusão do agronegócio, caracterizam o fenômeno de (des) (re) territorialização, processo dialético pelo qual sofre o espaço, segundo Haesbaert (1996), quando transformações técnicas, culturais e sociais evidenciam uma mudança de identidade em seu território.

Formação e Produção do Espaço Luiseduardense

As políticas territoriais institucionalizadas na Região Oeste da Bahia, com o objetivo de atender as necessidades da expansão da agricultura moderna, culminaram na formação da cidade que mais cresce no Brasil. Diferente de municípios bem sucedidos que se formaram no

entorno de cursos hídricos, Luis Eduardo Magalhães (Mapa 1), iniciou seu processo de ocupação no entroncamento de duas importantes rodovias que ligam a região à capital do estado e à capital do Brasil, onde se localizava o único posto de gasolina da época, chamado, Posto Mimoso. O fluxo de pessoas e automóveis era impulsionado pelo crescimento urbano de Barreiras, que sobretudo, a partir dos anos de 1950, recebia infraestruturas urbanas que proporcionava maior dinamicidade e desenvolvimento para toda a região e mais tarde a inseria na nova divisão internacional do trabalho.



Mapa 1: Localização do município de estudo

Essa nova ordem mundial propiciou uma reestruturação produtiva da agropecuária no país, derivando em um novo caráter do rural e em uma nova realidade urbana. A reestruturação produtiva no cerrado baiano e do Nordeste como todo, ocorre a partir dos anos de 1980, quando o Brasil passa por uma descentralização das atividades agrícolas e pecuárias nas regiões Sul e Sudeste do país, (QUEIROZ, 2012).

Sob essa dinâmica, nasce o povoado de Mimoso do Oeste no entroncamento da BR 242 Barreiras-Salvador com a 020 Barreiras-Brasília, ocupado prioritariamente por imigrantes

das duas regiões supracitadas, onde foram atraídos pela oferta de terras, amparadas pelo financiamento estatal, bem como, outras políticas territoriais de ocupação e atraídos também pelos elementos naturais favoráveis como o tipo de relevo, propício à agricultura mecanizada e recursos hídricos disponíveis. Com a intervenção do Estado, a região ficava cada vez mais sujeita a ocupação, e conseqüentemente a novas transformações econômicas e sociais.

Em 2000, Mimoso do Oeste foi emancipado tardiamente, porque ainda enquanto povoado, já possuía características de cidade, com uma significativa função econômica, aproximadamente 10 mil habitantes, agências bancárias dentre outros estabelecimentos, e passa a se chamar Luis Eduardo Magalhães, que rapidamente já se consolidava como um espaço de expansão do agronegócio, recebendo infraestruturas de cunho científico e tecnológico e redes de aparatos técnicos, voltados para a agricultura mecanizada que subsidiam as relações produtivas da fronteira e a intensa articulação entre o local e o global.

De acordo Vieira, (2007), o espaço luiseduardense não adquiriu uma importância de maneira totalmente natural, inúmeras estratégias foram adotadas pelo gestor da cidade, a fim de que fosse promovido um desenvolvimento e uma promoção econômica do município, em função do agronegócio. Através do marketing territorial, indústrias e grandes empreendedores são atraídos para o município, além disso, a criação do Centro Industrial do Cerrado (CIC) com o objetivo de fornecer infraestrutura necessária para a instalação de agroindústrias, bem como, a isenção do IPTU do imóvel industrial por 10 anos, foram algumas das ações implementadas pelo gestor municipal a fim de atingir seu objetivo. O Agrishow é um evento que ocorre em Luis Eduardo Magalhães, criado também com o fim de promover a divulgação do potencial produtivo do município e responsável pela sua nova denominação de “Capital do Agronegócio”, (FILHO, A. e FILHO, J., 2008).

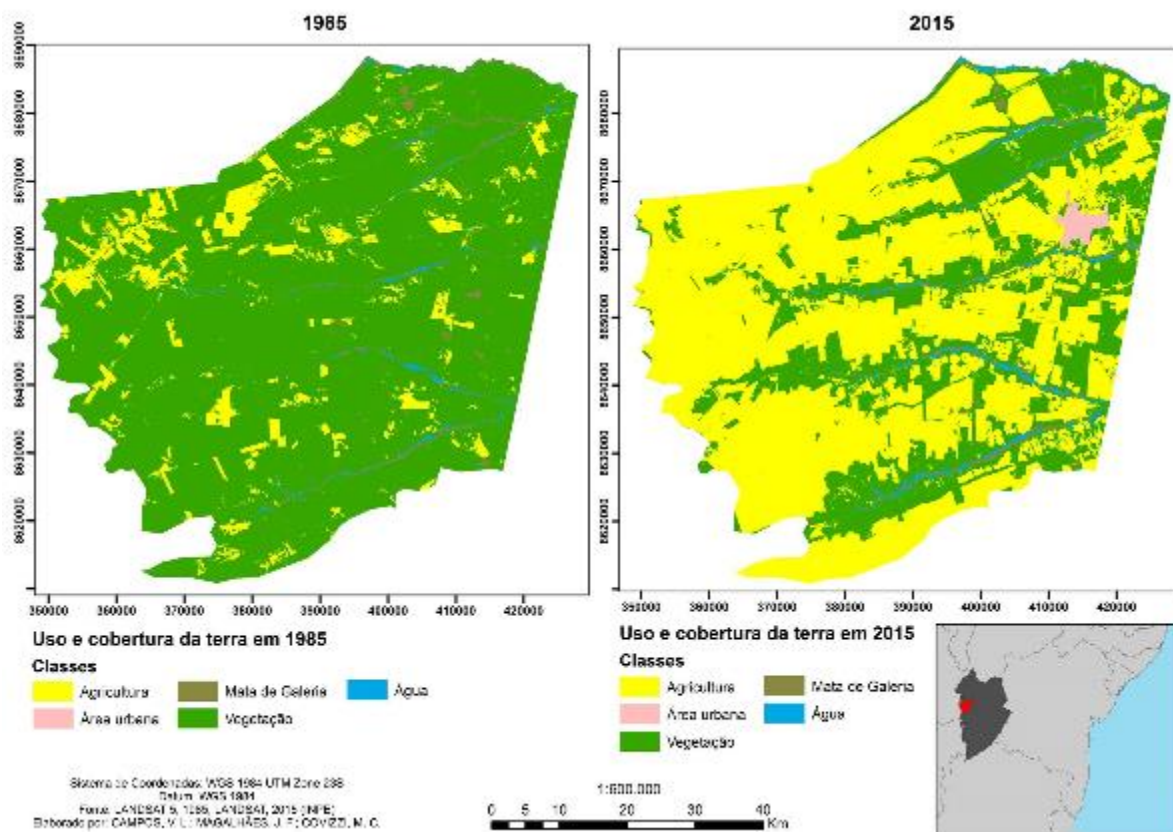
Com todos os benefícios que parece ter uma cidade de produção do agronegócio, evidenciados através do marketing territorial, muitos imigrantes são atraídos em busca de trabalho e conseqüentemente, melhores condições de vida, impactando num crescimento populacional exacerbado e dificultando o atendimento nos setores públicos. O desenvolvimento econômico da atual capital do agronegócio é um tanto contraditório, quando não consegue suprir as necessidades da população que chega, e quando este processo altera as condições de trabalho e moradia das populações preexistentes e os impede de concorrer com o agronegócio em expansão, pois exige uma mão-de-obra qualificada e capital disponível para investimentos em insumos agrícolas e outros produtos inerentes à agricultura moderna. A

desigualdade no que diz respeito ao acesso às condições impostas pelo sistema produtivo, e ao acesso das populações a uma boa qualidade de vida, provoca uma intensa marginalização de uma parcela da população, evidenciando a fronteira agrícola como um espaço de desigualdade e de sérios conflitos.

Vale ressaltar que o fluxo migratório de Luís Eduardo Magalhães já era grande desde que o município ainda era distrito, agora o fluxo migratório tem se intensificado. Se compararmos os dados do Censo Demográfico de 2000 com o Censo Demográfico de 2007 do IBGE, perceberemos o quanto à cidade cresceu demograficamente. O número de habitantes saltou de 20.169 para 44.265. Se antes da emancipação a taxa de crescimento era de 16,26%, depois da emancipação a taxa saltou para 22% ao ano (FILHO, A. e FILHO, J., 2008 p. 13).

As alterações decorrentes da expansão do agronegócio, não são apenas passíveis de serem observadas no contingente populacional, na estrutura social do município ou nas infraestruturas implementadas no espaço, o campo é o principal alvo de transformações ao longo do tempo. O emprego acentuado da mecanização da agricultura e a utilização de insumos agrícolas, bem como, de tecnologias de irrigação, proporciona um novo caráter ao campo e o torna diretamente ligado e dependente da cidade.

O mapa abaixo apresenta a expansão da agricultura através do mapeamento do uso e cobertura do solo do espaço luiseduardense nos anos de 1985 e 2015. Os dois cenários estabelecem uma grande importância para o contexto do agronegócio no Oeste da Bahia, tendo em vista que se trata do momento inicial da expansão da Fronteira Agrícola para o território de Luis Eduardo Magalhães e representa também no ano de 2015 o ápice da produção agrícola que desempenha um papel importante no PIB nacional.



Mapa 2: Uso e Cobertura da Terra ano de 1985 e 2015

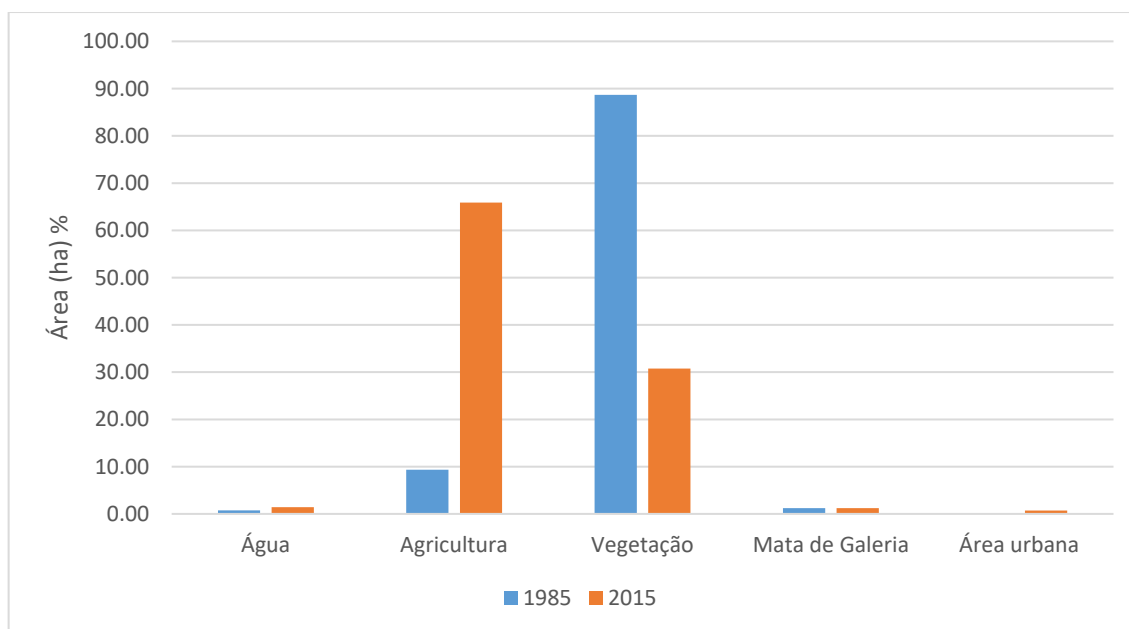


Gráfico 1. Área (ha) em porcentagem (%) das classes de uso e cobertura da terra na área total do município de Luis Eduardo Magalhães-BA, para os cenários de 1985 e 2015.

Observa-se que em 1985, Luis Eduardo Magalhães já possuía vestígios da produção agrícola, principalmente na borda oeste do município. Neste período, já existia o Posto Mimoso (Posto de Gasolina) no entroncamento das rodovias 242 e 020, que foi o empreendimento que propiciou a ocupação inicial daquela área e posteriormente foi onde se construíram as primeiras casas do povoado. De acordo o gráfico acima, apenas 10% do território era ocupado pela agricultura e a vegetação cobria quase 90% do cerrado luiseduardense.

A década de 1980 foi fortemente marcada pela viabilização da agricultura moderna na região Oeste e pela desconcentração das atividades da agricultura e da agroindústria nas regiões Sul e Sudeste do país, impulsionando a expansão dessas atividades para o cerrado baiano e nordestino em geral (QUEIROZ, 2012).

Em 2015, observa-se que a agricultura tomou quase todo o território, representando aproximadamente 65% da área do município, consequentemente diminuindo o percentual de hectares coberto pela vegetação. De acordo Frederico e Buhler, (2015), entre 2000 e 2012, houve uma grande expansão na produção de soja nos cerrados do Centro-Norte, enquanto o percentual brasileiro da expansão da área e da quantidade produzida foi de 83,5% e 120,4% respectivamente, na região centro-norte, o acréscimo foi de 150,4% na área e 232,5% na quantidade produzida.

Segundo a Agencia Brasil, (2015), a participação da agropecuária no PIB nacional subiu para 23% no ano de 2015, o crescimento do setor segundo o IBGE, deve-se ao bom desempenho da agricultura. Alguns produtos registraram aumento na produção, com destaque para as lavouras de soja, (11,9%) e milho (7,3%). A cana-de-açúcar cresceu 2,4%. Na pecuária, os destaques em crescimento estão nos segmentos de suínos (5,3%) e frango (3,8%).





Observa-se no mapa, a presença da mancha urbana, que vem se desenvolvendo antes mesmo de Luis Eduardo Magalhães ser emancipado, e se estruturando como uma cidade nordestina com características exóticas, típicas de um povo não nordestino.









Metodologia

O presente trabalho, com o objetivo de compreender a conformação do município de Luis Eduardo Magalhães sob a perspectiva das ações estatais institucionalizadas na região Oeste da Bahia, pautou-se numa revisão bibliográfica sobre as políticas territoriais de colonização e estruturação produtiva da região e sobre o processo de formação do município, bem como, em elaborações cartográficas que nos permitem analisar espacialmente questões pertinentes ao estudo.

O mapa de localização utilizou de um shape de municípios do Brasil, dividido por mesorregiões, onde foi possível apresentar os municípios que compõem o extremo Oeste da Bahia, com destaque para Luis Eduardo Magalhães. Para visualizar as transformações ocorridas no município de estudo, relacionadas ao agronegócio, foram mapeados o uso e a cobertura da terra com base em imagens aéreas de satélite, realizando a composição de bandas RGB 432 da LANDSAT 5 do ano de 1985 e a composição das bandas RGB 543 da LANDSAT 8 do ano de 2015, ambas com resolução de 30 metros, procurando ressaltar e diferenciar a vegetação natural da vegetação agrícola. Para atingir esse objetivo, adotou-se como metodologia, os princípios de fotointerpretação no ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG), utilizando o *software* ArcGIS 10.3.

Com base nas recomendações de Marchetti; Garcia (1986), que recomendam a análise de aspectos como tonalidade, cor, forma, tamanho, padrão e textura, foram reconhecidos os objetos presentes nas fotografias e sistematizados numa chave de interpretação seguindo as recomendações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2013), conforme o Quadro I abaixo.

Classes de uso e cobertura da terra	Descrição	Amostras	
		1985	2015
Vegetação	Tonalidade avermelhada média, textura densa e com formas não definidas.		
Agricultura	Tonalidade esverdeada, textura fina e com formas bem definidas.		

Mata de Galeria	Tonalidade avermelhada forte, textura densa e padrão de drenagem linear e esparsa.				
Área urbana	Tonalidade acinzentada, textura média e formas bem definidas.				

Quadro I – Chave de interpretação para o mapeamento do uso e cobertura da terra dos cenários de 1985 e 2015.

Fonte: Landsat 5 (INPE, 1985); Landsat 8 (INPE, 2015). Elaborado pelos autores.

A partir disso, obteve-se o mapeamento do uso e cobertura da terra do município de Luis Eduardo Magalhães (Mapa 2), onde é possível a visualização espacial das classes identificadas, estando associado ao Gráfico 1, em que mostra os valores em porcentagem obtidos com o cálculo das áreas de cada classe de uso e cobertura da terra, em relação à área total do município, que permitem comparar e analisar o crescimento agrícola neste território.

Considerações Finais

Ações estatais institucionalizadas no território, pautadas em atividades capitalistas de produção, provocam intensas transformações socioespaciais e elevam a função econômica de muitos espaços, podendo derivar em novas regionalizações com a formação de povoados e municípios capazes de se destacarem em escala local, regional, nacional e até mundial, como a atuação do processo de (des) (re) territorialização do Oeste baiano, que culminou na formação da cidade que mais cresce no Brasil.

O município de estudo, apresenta características de um espaço formado para atender as necessidades de uma agricultura moderna em expansão, ocupada prioritariamente por povos de culturas exóticas oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil, que foram subsidiados por políticas territoriais de colonização e financiamento agrícola. Neste sentido, observa-se a importância da atuação do estado no desenvolvimento econômico das regiões e

na manutenção do atual sistema produtivo, com investimentos em pesquisas de cunho científico e tecnológico, no entanto, vale ressaltar que, tal atuação realizada de maneira heterogênea pelos espaços, acarreta em desigualdades regionais, já que há uma dinamicidade da população quando estas são atraídas por ofertas mais interessantes em outros territórios.

Cabe ainda destacar que a desigualdade social no interior de um município está diretamente ligada às prioridades dadas pelos órgãos municipais a uma parcela da população, que na maioria das vezes, são aqueles que já possuem boas condições de vida e são pertencentes a uma elite com forte influência nas decisões político-administrativas do município, principalmente quando se trata de um espaço de fronteira agrícola que encontra-se em constante produção e riqueza.

Luis Eduardo Magalhães é um município promissor, que já nasceu com características inerentes ao agronegócio, adquiriu a centralidade urbana, que antes competia ao município de Barreiras do qual foi desmembrado, possui quase todo seu território tomado pela agricultura, como observado no mapa de uso e cobertura da terra, além de intensas relações comerciais com empresas nacionais e estrangeiras, evidenciando sua articulação local com o global, mas possui também, sérias contradições em seu interior. Contradições estas, que estão engendradas no sistema capitalista e na ordem mundial de produção imposta naquele território. Neste contexto, a perversidade do sistema é afirmado no momento em que o modelo de produção preexistente é desconsiderado em função da chegada de um novo modelo de produção agrícola, e são alteradas as condições de trabalho e moradia da população que não pode concorrer com o agronegócio em expansão e também não pode ocupar o espaço que passa a ser destinado à produção da agricultura em larga escala.

Referências Bibliográficas

Agência Brasil. **Participação do Agronegócio no PIB sobe para 23 % em 2015**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-12/participacao-da-agropecuaria-no-pib-sobe-para-23-em-2015>. Acesso em 24 de setembro de 2017.

ALVES. V. L. E.; Modernização agropecuária e Urbanização na Região de Cerrados do Centro-Norte do Brasil: as novas dinâmicas urbanas no oeste da Bahia. Org. ALVES, V. E. L.; **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Manual Técnico de Uso da Terra**. Rio de Janeiro: 3º ed. 2013.

DALLACQUA, Clarisse Torrens Borges. **Planejamento Territorial do Desenvolvimento: ação técnica e ação política. Uma prática piloto na região de Barreiras**. Universidade de São Paulo, 2007 apud BRANDÃO, P.R.B. **A Formação territorial do Oeste baiano: a constituição do Além São Francisco (1827-1985)**, Barreiras: Geotextos, v.6, 2010

FILHO. Antônio Muniz dos Santos.; FILHO. Jorge Ney Valois Rios. **A revalorização econômica do Oeste baiano a partir da expansão da agricultura moderna e o surgimento de um novo território: o município de Luis Eduardo Magalhães- BA**. Revista Pegada, v. 9, n. 2 2008.

FREDERICO. Samuel; BÜHLER. Eve Anne. **Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia**. Org. ALVES, Vicente, Eudes Lemos. **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. 1-Ed.- Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

FREITAS, A. F Guerreiro de. Oeste da Bahia: Formação Histórico-cultural. Caderno do CEAS, Salvador, v. 181 p. 59-78, 1999 apud OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito. **Políticas Territoriais no Oeste Baiano: Uma análise das ações do Estado Pós-década de 1980**. In: A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA AÇÃO, 15., 2015, Presidente Prudente. Encontro Nacional da ANPEGE. Presidente Prudente: Unesp, 2015. p. 7343 - 7353. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/25/707.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2017.

HAESBAERT, Rogério. **"Gaúchos" e Baianos no "Novo" Nordeste: entre a Globalização Econômica e a Reinvenção das Identidades Territoriais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

LEMES, K.C.; MENDES, E. P. P.; **Modernização Do Campo E Transformações Rurais: Município De Orizona (Go)**. São Paulo, 2009.

MARCHETTI, D. A. B; GARCIA, G. J. **Princípios de fotogrametria e fotointerpretação**. São Paulo: Nobel, 1986.

QUEIROZ. Bianca Gomes. **A Mudança de Centralidade Urbana no Oeste da Bahia: o caso de Luis Eduardo Magalhães e Barreiras (BA)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Geociencia da UNICAMP. Campinas-SP.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito. **Políticas Territoriais no Oeste Baiano: Uma análise das ações do Estado Pós-década de 1980**. In: A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA AÇÃO, 15., 2015, Presidente Prudente. Encontro Nacional da ANPEGE. Presidente Prudente: Unesp, 2015. p. 7343 - 7353. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/25/707.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2017.

PASSOS, Andressa L. O.; ROCHA, Samille S.; HADLICH, Gisele M.. **Evolução do uso do solo e agronegócio na região oeste do Estado da Bahia**. Caderno de Geociências, Salvador, v. 7, n. 1, p.31-39. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgeoc/article/viewFile/4083/2997>>. Acesso em: 09 maio 2017.

VIEIRA, V. da S. **O governo local e a promoção econômica a partir do Luís Eduardo Magalhães/Bahia**. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santos Antonio de Jesus, 2007.